

Conclusão

em busca da lógica do processo eleitoral brasileiro

Fábio Wanderley Reis

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

REIS, FW., Conclusão: em busca da lógica do processo eleitoral brasileiro. REIS, F., org. LAMOUNIER, B., *et al.* *Os partidos e o regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2009. pp. 295-311. ISBN 978-85-99662-96-0. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

CONCLUSÃO: EM BUSCA DA LÓGICA DO PROCESSO ELEITORAL BRASILEIRO

Fábio Wanderley Reis

É comum encontrar-se, na análise do processo político brasileiro das últimas décadas, a tendência a se considerar o eleitorado brasileiro como sendo, em sua grande maioria, politicamente amorfo e inconsistente, passível de ser manipulado por lideranças espúrias. Uma caracterização desse tipo está com frequência presente na avaliação do populismo vigente no país até 1964, associando-se a ela, por exemplo, a visão dos partidos políticos então existentes como agrupamentos politicamente “inautênticos”, sem verdadeiras raízes na estrutura social e sem diferenciação ideológica nítida. Tais partidos se distinguiam apenas, segundo essa visão, pelo maior ou menor êxito com que os restritos interesses privados em torno dos quais se organizavam revelavam-se capazes de atrair parcelas mais ou menos substanciais daquele eleitorado politicamente alheio e manipulável.

Esse diagnóstico da realidade política brasileira encontra guarida em setores diversos, apesar de fundar-se em perspectivas distintas nos diferentes casos. Seria possível encontrá-lo entre intérpretes apegados a um modelo “clássico” de política ideológica, em que os partidos se distribuiriam com clareza ao longo de um eixo esquerda-direita e atrairiam parcelas correspondentes de um eleitorado ideologicamente orientado. Mas ele se acha também envolvido num modelo idealizado da vida política perfilhado pelos mentores do regime autoritário vigente no país. Na mensagem dirigida pelo presidente Geisel ao Congresso no início de 1976, por exemplo, a autenticidade partidária aparece como algo a ser alcançado, no Brasil, num momento futuro em que tenhamos um eleitorado composto de cidadãos “conscientes, racionais e sociabilizados”. O corolário disso, que pode ser visto como premissa subjacente a certos aspectos da atuação do regime inaugurado em 1964, é o de que na verdade ainda não se colocaria, no cenário brasileiro, o problema de dar expressão política consistente a demandas duradouras e estáveis do eleitorado, ou pelo menos de amplos setores dele, compostos como se acham de cidadãos presumivelmente não conscientes, não racionais e não sociabilizados.

Tendo lido os textos anteriores, o leitor estará provavelmente propenso a optar por uma caracterização mais matizada do eleitorado brasileiro. Ele terá em mente diversos aspectos em que o comportamento eleitoral e as identificações partidárias da população das quatro cidades estudadas revelam padrões e regularidades incompatíveis com o quadro descrito. Será possível, porém, pretender extrair das análises anteriores uma visão integrada da lógica subjacente ao processo político-eleitoral do país?

Que aconteceria se indagássemos aos diferentes setores que compartilham o diagnóstico esboçado quais são concretamente os traços do eleitorado brasileiro que se poderiam apontar no intuito de justificar tal diagnóstico? Dos que aderem ao modelo idealizado da vida política exemplificado pela mensagem do presidente Geisel, ouviríamos provavelmente respostas em que se destacariam traços como o baixo nível educacional da maior parte dos eleitores. Já em outros casos teríamos, provavelmente, menção de fatores que impedem diferentes frações do eleitorado, sobretudo seus estratos menos favorecidos, de atuarem com plena consciência de sua condição de membros de determinada classe social e de seus interesses enquanto tal. É certo que a primeira categoria de respostas contém também inequívoca alusão à questão da posição sócio-econômica ou de classe, já que o grosso das pessoas de baixo nível educacional se encontra nos estratos sócio-econômicos inferiores. Não cabe dúvida, porém, de que a expectativa dos que dariam tal resposta não seria a de que, na medida em que se superasse aquele fator de “inconsciência” ou “irracionalidade”, as pessoas envolvidas viessem a dar expressão à sua condição de classe em seu comportamento eleitoral; ela seria antes a de que tais pessoas, frente às urnas ou diante de uma escolha entre partidos, viessem a guiar-se pela consideração esclarecida de valores supostamente consensuais, tais como “os verdadeiros interesses do país”: o cidadão consciente e racional é também o cidadão “sociabilizado”.

Implícitos em tais respostas hipotéticas temos dois modelos de explicação que, ademais de estarem presentes em interpretações da realidade política brasileira que se poderiam dizer de sentido comum, podem também ser postos em correspondência com modelos teóricos concorrentes existentes no campo da sociologia política e utilizados para a explicação das formas assumidas pela participação política. O primeiro deles é o conhecido como o modelo da “centralidade”. Com este conceito se procura sintetizar uma série de dimensões relacionadas à posição social

global de um indivíduo, seja a dimensão econômica ou aspectos como o grau de experiência urbana e a amplitude da rede de interações e comunicações de que participa, seja aspectos de natureza intelectual e psicológica, como o grau de informação de que dispõe ou sua desenvoltura e segurança subjetiva nos contatos sociais. A proposição geral que tendem a sustentar os estudos de participação política que recorrem a esse modelo é a de que a participação é maior quanto mais “central” (mais favorável sócio-economicamente, mais “urbana” etc.) a posição de um indivíduo. O outro modelo é o conhecido como o modelo da consciência de classe, sustentando os estudos que “a participação política é maior quanto maior (mais intensa, mais clara, mais precisa) é a consciência de classe”¹.

O paralelismo de tais modelos com os dois padrões destacados de explicação para o suposto amorfismo do eleitorado brasileiro parece bastante claro. Pondo de lado o modelo da consciência de classe, onde tal paralelismo é óbvio, é um enfoque afim ao do modelo da centralidade que encontramos no recurso à educação como fator decisivo, pois esse enfoque supõe o indivíduo que se integra objetiva e subjetivamente ao sistema e que prescinde da mediação representada pela identificação com categorias como as classes sociais, a qual pode ser fator tanto de integração ao sistema quanto de hostilidade a ele. Seja como for, o ponto interessante reside na proposição que nos parece possível sustentar, a saber, a de que a lógica do processo político-eleitoral brasileiro melhor se desvenda em certa forma de se *combinarem* os dois modelos, e que uma parte da impressão da inconsistência ou amorfismo desse processo provém do que cada enfoque tem de unilateral.

Com efeito, se decomposmos a noção de centralidade, vemos que ela envolve duas dimensões objetivas fundamentais: a dimensão “horizontal”, correspondente à oposição entre o mundo rural ou semirural e o mundo dos grandes centros urbanos, e a dimensão “vertical”, que corresponde à posição sócio-econômica dos indivíduos. A esses dois aspectos se superpõe a dimensão subjetiva do conceito, que diz respeito a abertura e

¹ Cf. PIZZORNO, Alessandro – “Introduzione alio Studio della Partecipazione Politica”, *Quaderni di Sociologia*, XV, 3-4 (julho-dezembro de 1966), p. 261. Nesse artigo Pizzorno empreende a crítica dos estudos de participação política que recorrem exclusivamente ao modelo da centralidade e propõe uma tipologia mais complexa de formas de participação, a qual tem em conta o modelo de consciência de classe como modelo alternativo. Veja-se também Lester W. Milbrath, *Political Participation* (Chicago: Rand McNally, 1965).

envolvimento psicológicos e ao correspondente controle de certo volume de informações. Os estudos que se valem da ideia de centralidade destacam a associação desta com a intensidade da participação política, sem se pronunciar sobre o sentido da participação em termos de pró-sistema ou antissistema, de conformismo ou inconformismo. Não obstante, o que propomos é que os dados relativos ao processo eleitoral brasileiro ganham consistência e padrão no que se refere à direção da participação eleitoral, bem como a sua intensidade, se atentamos para as diferentes dimensões da ideia de centralidade tendo em vista tanto o papel causal que cumprem diretamente com relação à participação eleitoral quanto o condicionamento que exercem sobre as possibilidades de atuação do modelo de consciência de classe. Tentemos proceder didaticamente no esclarecimento dos aspectos concretos desta proposição.

Se tomamos as duas dimensões objetivas recém-distinguidas, damos conta de que os limites extremos de posições altamente periféricas e altamente centrais correspondem respectivamente aos estratos baixos rurais e aos estratos altos urbanos. Seria talvez o caso de se supor que os representantes dessas posições extremas deveriam situar-se também em polos opostos no que diz respeito a opiniões e inclinações políticas, com os últimos exibindo alto grau de conservadorismo e apego ao *status quo* e os primeiros alto grau de insatisfação frente a um sistema que os marginaliza de diversas maneiras. Sabidamente, porém, tal suposição seria equivocada no que se refere aos estratos baixos rurais. Aí, a condição objetivamente marginal ou periférica se encontra com frequência associada, no plano psicológico, seja a uma atitude geral de deferência, seja a formas de lealdade pouco propícias a manifestações de inconformismo, formas estas que a inserção em estruturas de tipo clientelístico, por exemplo, não tende senão a reforçar. Nas áreas rurais ou semi-rurais, assim, seria de esperar que maiores frequências de inclinações inconformistas viessem a encontrar-se em níveis intermediários da estrutura social, suficientemente favorecidos sócio-economicamente para escapar às limitações intelectuais e psicológicas próprias da condição consistentemente marginal ou periférica, mas não a ponto de que os *vested interests* relativamente ao sistema existente prevaleçam de vez na determinação de suas opiniões ou seja, não tanto que estas sejam inteiramente determinadas segundo o modelo da consciência de classe. Tal modelo teria melhores condições de operar nas demais categorias que se podem distinguir os estratos altos rurais e os

diversos níveis da estrutura social urbana. Nestes, teríamos fatores diversos de centralidade objetiva – seja a posição sócio-econômica favorável ou os estímulos e a intensidade de comunicação próprios do meio urbano, ou ambos – produzindo resultados em termos de abertura psicológica e acesso a informação que contrastam em graus variados com a contrapartida subjetiva da condição de marginalidade consistente, e permitem, na medida correspondente, a determinação das opiniões e do comportamento político pela consideração do interesse próprio, isto é, segundo o modelo da consciência de classe. A qualificação contida na expressão “em graus variados” é importante, porém, pois mesmo o ambiente dos maiores centros urbanos não está isento da presença de marginalidade objetiva e subjetiva e de seu séquito de desinformação, deferência e conformismo.

Assim, a perspectiva proposta contrasta com o enfoque que contrapõe o amorfismo à “sociabilidade” por ler na evidência disponível que, à medida que se neutralizam os fatores de marginalidade subjetiva (cuja afinidade com a “inconsciência” a que alude por implicação a mensagem presidencial é bastante clara), teremos não a tendência à expressão de valores consensuais, mas antes a tendência à expressão dos interesses correspondentes a núcleos de interesses constituídos em torno das diversas posições na estrutura sócio-econômica, ou das diversas classes sociais. Mas ela contrasta também com o recurso puro e simples ao modelo da consciência de classe por reconhecer a existência e o vigor dos fatores de marginalidade subjetiva e de mecanismos que bloqueiam a tomada de consciência dos ingredientes não igualitários a compõem a estrutura social, mecanismos estes que atuam segundo os padrões previstos pelo modelo da centralidade.

Naturalmente, uma proposição como esta nos situa apenas no umbral de uma vasta área de problemas de interesse, dos quais não, podemos ocupar-nos adequadamente aqui. Mencionemos, porém, alguns, sem pretender esgotar a lista.

Um deles teria a ver com os fatores que respondem, uma vez ultrapassado certo patamar de deferência e conformismo, pelo maior ou menor grau de intensidade, clareza e precisão – para usar as expressões de Pizzorno – que a consciência de classe pode vir a adquirir, problema este que tem óbvias conexões com a questão tratada alhures no presente volume em termos do grau de estruturação ideológica. Outro, que se superpõe em parte ao anterior, refere-se à complexidade que, do ponto de vista de seus

efeitos sobre a operação do modelo de consciência de classe, podem adquirir as relações entre a componente objetiva da noção de centralidade, tomada em sua dimensão vertical, e sua componente subjetiva. Tal problema pode ser ilustrado com a ambiguidade de que se reveste, desse ponto de vista, a variável educação. Esta pode ser considerada tanto como expressão de posição sócio-econômica geral quanto como fator que apresenta relevância direta e especial para os ingredientes intelectuais e psicológicos que compõem a dimensão subjetiva da centralidade. Assim, se temos um incremento educacional, deve ele em princípio ser considerado como fator de tomada de consciência crítica de determinada condição ou como algo que expressa em si mesmo a modificação dessa condição, e que portanto favoreceria antes uma perspectiva orientada por aspirações de ascensão ou mobilidade pessoal e propensa ao conformismo?

Finalmente, um terceiro problema que se poderia mencionar diz respeito ao fato de que, enquanto a linguagem utilizada a propósito do modelo de consciência de classe tende a sugerir formas de participação e ação política que seriam típicas de movimentos sociais amadurecidos e aguerridos, em nosso caso se trata, afinal, da simples decisão de voto com respeito a partidos da natureza de ARENA e MDB. Não obstante, apreender a lógica do processo eleitoral significa destacar as estruturas e os padrões gerais a que corresponde e que nele se expressam, e o interesse do esforço nessa direção se prende, entre outras coisas, ao suposto de que a explicitação de tais estruturas redundará em captar, em alguma medida, precisamente a probabilidade de que venham a manifestar-se formas mais afirmativas e nítidas dos comportamentos envolvidos.

O Quadro I procura dispor graficamente as relações aqui sugeridas. Sem pretender, naturalmente, captar toda a multiplicidade de pormenores observados nos dados analisados – até porque não supomos que eles se integrem todos num conjunto coerente –, ele permite visualizar a articulação entre algumas das principais dimensões dos mesmos.

Começamos pelos limites inferiores do sistema que o esquema proposto sugere, ou seja, aqueles que têm a ver com a fronteira mesma entre exclusão total e algum grau de participação. O zero absoluto corresponde aqui à condição de cidadania de segunda classe em que as pessoas se veem privadas do próprio direito formal ao voto. Os analfabetos são aqueles que mais obviamente se situam nessa condição, podendo assinalar-se que sua

exclusão tem consequências que vão além da privação da possibilidade de votar: como mostram os dados de Presidente Prudente, mesmo a identificação subjetiva com qualquer dos partidos declina de maneira desproporcional entre eles. Mas é de interesse igualmente ressaltar que os analfabetos não são os únicos nessa categoria. O complexo de fatores que compõem a é condição marginal contém outros mecanismos pelos quais novos contingentes das camadas sócio-econômicas inferiores da população são excluídos do sufrágio, tais como as dificuldades de outra ordem para manter regularizada a documentação exigida do votante, que tendem a incidir diferencialmente nos diversos estratos. Por outro lado, congruentemente com a visão de que temos maior marginalidade no polo rural da dicotomia rural-urbano, os dados mostram que o efeito conjunto de analfabetismo e exigências burocráticas quanto a excluir da participação eleitoral é maior em Presidente Prudente, que melhor corresponde ao polo rural de nosso esquema e onde a proporção dos que não votam por qualquer razão alcança a 31 por cento da amostra (contra 22 por cento em Juiz de Fora, por exemplo).

Se vamos além e buscamos avaliar as consequências da condição periférica ou marginal do ponto de vista do conteúdo da participação, ou de como afeta o apoio a cada um dos partidos, a primeira indagação se refere aos efeitos, nesse sentido, da própria exclusão formal do direito de voto. Alguns dados de Juiz de Fora são especialmente elucidativos a esse respeito. Tomando a renda familiar em categorias que se dispersam desde aqueles que contam com um salário mínimo ou menos por mês até os que contam com mais de 20 salários mínimos, vê-se que as frequências dos que deixam de votar por qualquer razão diminuem quase linearmente de nada menos de 34 por cento entre os primeiros a 11 por cento entre os últimos. Isso contrasta agudamente com a variação dos votos arenistas, que crescem de 29 a 54 por cento entre as mesmas categorias, enquanto os votos emedebistas permanecem praticamente constantes ao redor da proporção média de 28 por cento. Tal padrão indica de maneira muito clara que a perda do sufrágio se dá sobretudo em detrimento do MDB, excluindo da participação contingentes significativos de eleitores potenciais daquele partido.

As coisas são mais complexas, porém, pois, além da exclusão formal do direito de voto, os traços intelectuais e psicológicos que se associam à posição periférica de setores dos estratos baixos tendem com frequência, na verdade, a resultar em maior incidência de *arenismo*. Começando pelo lado

rural ou semi-rural das cidades estudadas, isso se verifica em Presidente Prudente, como destaca Bolívar Lamounier, entre as camadas *muito* baixas do eleitorado, quer se trate de analfabetos, daqueles que se situam em posição especialmente desvantajosa do ponto de vista ocupacional ou dos que declaram não contar com serviços básicos em seus locais de residência: em todos esses casos, aumenta a taxa de arenismo, tal como ocorre nos níveis mais *altos* da estrutura social, entre empregadores e administradores. Mas o mesmo padrão deparamos também em Niterói, ou seja, no lado urbano de nosso diagrama, no que se refere às taxas igualmente altas de arenismo encontradas nas posições consistentes quanto aos níveis de renda e educação: quer se trate das posições consistentemente altas ou consistentemente baixas, as proporções de votos arenistas aumentam quando comparadas com as que se dão nas posições inconsistentes ou intermediárias – aumentam, vale dizer, nas posições extremas da estrutura social, como assinala Olavo de Lima Júnior.

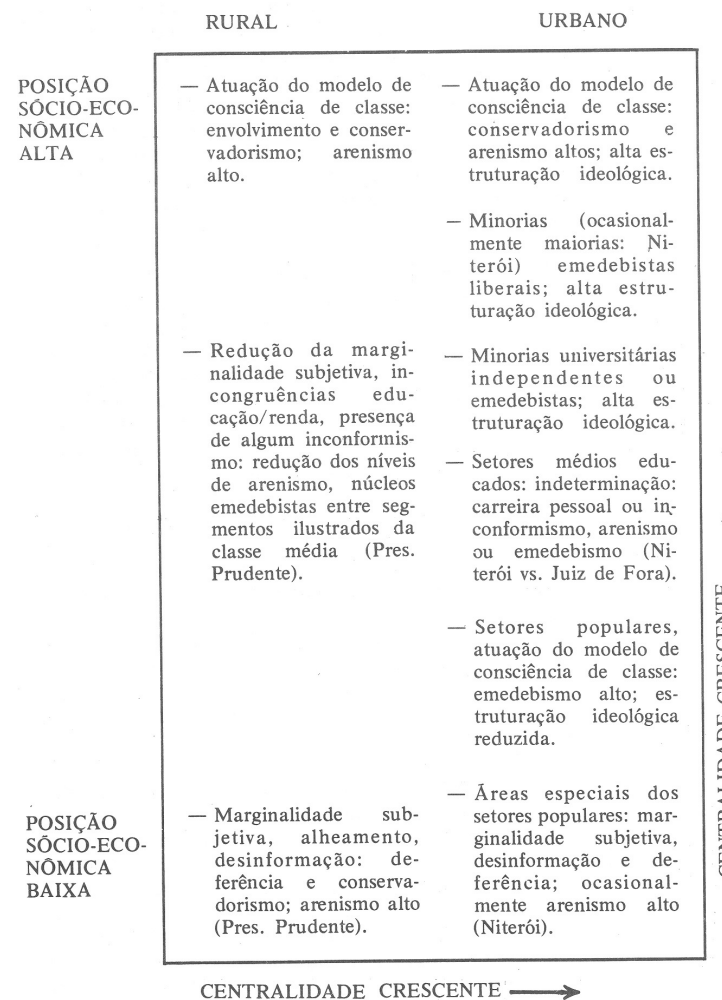
Parece desnecessário insistir na ligação de tal incremento de arenismo nos níveis mais baixos com a carência de informação e o distanciamento psicológico em face ao mundo político que diversos aspectos dos dados examinados revelam existir no extremo inferior da estrutura social. Seria possível lembrar, por exemplo, a maneira pela qual a falta de informação condiciona, nos estratos mais baixos da população de Juiz de Fora, a ocorrência bastante frequente de uma imagem positiva da ARENA como sendo a favor do voto direto. Contudo, os dados de Niterói comprovam inequivocamente a ligação mencionada, pois mostram que a proporção de arenistas entre os eleitores de baixo nível educacional é tanto maior quanto maior o *desinteresse* pela política, enquanto precisamente o oposto se dá dentre a minoria arenista de nível educacional alto. À parte o alheamento e o erro puro e simples das informações de que dispõem os setores em questão sobre os partidos, é bastante claro que a explicação para o padrão observado se encontra na atitude de deferência que ajuda a compor a síndrome da marginalidade subjetiva. Nesta perspectiva, o fato mesmo de que tenhamos alto arenismo nos níveis sócio-econômicos mais altos se torna um fator favorável ao seu aparecimento também em certas áreas dos extremos inferiores.

As coisas são mais complexas, porém, pois, além da exclusão formal do direito de voto, os traços intelectuais e psicológicos que se associam à posição periférica de setores dos estratos baixos tendem com frequência, na

verdade, a resultar em maior incidência de *arenismo*. Começando pelo lado rural ou semi-rural das cidades estudadas, isso se verifica em Presidente Prudente, como destaca Bolivar Lamounier, entre as camadas *muito* baixas do eleitorado, quer se trate de analfabetos, daqueles que se situam em posição especialmente desvantajosa do ponto de vista ocupacional ou dos que declaram não contar com serviços básicos em seus locais de residência: em todos esses casos, aumenta a taxa de arenismo, tal como ocorre nos níveis mais *altos* da estrutura social, entre empregadores e administradores. Mas o mesmo padrão deparamos também em Niterói, ou seja, no lado urbano de nosso diagrama, no que se refere às taxas igualmente altas de arenismo encontradas nas posições consistentes quanto aos níveis de renda e educação: quer se trate das posições consistentemente altas ou consistentemente baixas, as proporções de votos arenistas aumentam quando comparadas com as que se dão nas posições inconsistentes ou intermediárias – aumentam, vale dizer, nas posições extremas da estrutura social, como assinala Olavo de Lima Júnior.

Parece desnecessário insistir na ligação de tal incremento de arenismo nos níveis mais baixos com a carência de informação e o distanciamento psicológico em face ao mundo político que diversos aspectos dos dados examinados revelam existir no extremo inferior da estrutura social. Seria possível lembrar, por exemplo, a maneira pela qual a falta de informação condiciona, nos estratos mais baixos da população de Juiz de Fora, a ocorrência bastante frequente de uma imagem positiva da ARENA como sendo a favor do voto direto. Contudo, os dados de Niterói comprovam inequivocamente a ligação mencionada, pois mostram que a proporção de arenistas entre os eleitores de baixo nível educacional é tanto maior quanto maior o *desinteresse* pela política, enquanto precisamente o oposto se dá dentre a minoria arenista de nível educacional alto. À parte o alheamento e o erro puro e simples das informações de que dispõem os setores em questão sobre os partidos, é bastante claro que a explicação para o padrão observado se encontra na atitude de deferência que ajuda a compor a síndrome da marginalidade subjetiva. Nesta perspectiva, o fato mesmo de que tenhamos alto arenismo nos níveis sócio-econômicos mais altos se torna um fator favorável ao seu aparecimento também em certas áreas dos extremos inferiores.

Quadro I – dimensões de “centralidade” e disposições político-eleitorais.



Se deixamos a zona de fronteira entre participação e exclusão em que nos movemos até aqui, o aspecto a assinalar inicialmente se refere a posições que, na escala bidimensional de centralidade objetiva, podem ser vistas como um patamar relativamente incipiente de participação e envolvimento, mas ainda assim suficientemente distante da condição de marginalidade subjetiva para ocasionar o surgimento de certo grau de

inconformismo. Referimo-nos aos estratos intermediários do setor rural ou semi-rural de nosso diagrama, que se ilustram com o que Bolívar Lamounier designa como os “segmentos ilustrados” da classe média de Presidente Prudente, onde parecem concentrar-se os núcleos de penetração emedebista no ambiente maciçamente arenista daquela cidade. Os dados analisados por Lamounier indicam que esses redutos oposicionistas minoritários correspondem sobretudo a situações caracterizadas por certa incongruência entre o nível de escolaridade relativamente alto com que contam as pessoas e sua condição econômica, particularmente seu nível de renda, comparativamente insatisfatório. Por outro lado, Lamounier sugere que o padrão de distribuição social das preferências partidárias deparado em Presidente Prudente, com a penetração intersticial do MDB nessas posições da estrutura social, seria próprio das condições que caracterizam, de maneira mais geral, o que ele chama de “metrópoles periféricas”, entre as quais se poderia incluir mesmo uma cidade do porte de Salvador. Apreciada à luz do uso aqui feito das noções de “central” e “periférico”, essa sugestão acena com a possibilidade de se complicar a dimensão horizontal do esquema proposto, que passaria a incluir mais do que a mera oposição entre rural (ou semi-rural) e urbano.

O ponto seguinte a destacar diz respeito às variadas situações em que se daria a atuação do modelo de consciência de classe. Naturalmente, a pretensão de se apreender a consciência de classe através de dados como os que são aqui analisados defronta de imediato o velho problema da oposição entre classes como grupos sociais efetivos e os estratos que se possam distinguir ao se submeterem dimensões várias (escolaridade, renda familiar) a cortes mais ou menos arbitrários. Duas ponderações, entretanto, se podem fazer. Em primeiro lugar, a questão de saber até que ponto existe a possibilidade de se falar de classes sociais efetivas a respeito de certas categorias que se podem distinguir na estrutura social brasileira é precisamente uma das questões *substantivas* de interesse a que se dirigem estudos como os relatados no presente volume. Em segundo lugar, sem negar a importância da questão metodológica, mas sem pretender dirigir-se a ela, nossa suposição é apenas a de que a forma (ou a direção) de certas relações básicas, como as que se dão entre a identificação partidária e algumas das “posições sociais” arbitrariamente distinguidas nos textos anteriores, ganha significado e coerência se tais posições são vistas como a

tradução ou a expressão, embora defeituosa ou longínqua, de classes sociais subjacentes.

Se isso é aceitável, a primeira observação de cunho substantivo que cabe fazer reitera, por um aspecto, o que se acaba de dizer: nas diversas posições da estrutura social em que pretendemos encontrar a atuação do modelo de consciência de classe (setor rural alto, setores urbanos baixo e alto), tal pretensão se dirige especificamente à forma das relações deparadas entre posição social e opção partidária. Assim, é possível apontar alto arenismo nos estratos altos da população de Presidente Prudente. Igualmente, nas demais cidades se pode mostrar a clara correlação positiva (se prescindimos por um momento de algumas complicações a respeito da variável educação, a serem consideradas adiante) das preferências arenistas com indicadores de posição social tais como renda, ocupação e identificação subjetiva com determinada “classe”, correlação esta que expressa o predomínio do MDB nos estratos baixos e da ARENA nos estratos altos.

Por certo, os dados não permitem dizer que as variações na opção partidária segundo as posições sociais podem ser sempre postas em correspondência com conteúdos ideológicos que manifestem o tipo de afinidade com cada posição particular que se esperaria da afirmação plena do modelo de consciência de classe. Ao contrário, o esquema geral de interpretação que aqui utilizamos, baseado na combinação do modelo da centralidade com o modelo da consciência de classe, nos leva a propor que os mecanismos associados à centralidade objetiva e subjetiva condicionam não somente a possibilidade de que atue ou não o modelo de consciência de classe (como no que se refere aos fatores que bloqueiam a manifestação desta na condição propriamente marginal), mas também o *grau* em que atuará. Por outras palavras, mesmo ultrapassado o limiar que separa a participação da exclusão absoluta, os fatores de centralidade “corrigem” – ou “entortam”, se se preferir – a operação do modelo de consciência de classe. Assim, nas condições brasileiras, mais central a posição global (ou seja, mais urbana, mais alta), maior a possibilidade de “intensidade” e “clareza” da consciência de classe, e a vigência plena do modelo de consciência de classe dependeria, para os setores populares, da, eliminação dos resíduos de marginalidade subjetiva (acentuada precariedade do acesso a educação, hábitos de deferência, privatismo etc.) que acompanham sua condição objetiva.

Tal proposição se corrobora de maneira muito clara com os aspectos dos dados analisados que dizem respeito aos graus variados de estruturação ideológica encontrados junto a diferentes categorias da população das cidades estudadas. Se se toma a dimensão “vertical” de centralidade, correspondente à posição sócio-econômica, ela encontra confirmação não apenas no lado urbano de nosso esquema, como se mostra nos numerosos indícios de maior estruturação ideológica nas camadas altas do que nas baixas da população de Juiz de Fora; mesmo em Presidente Prudente, independentemente da natureza das questões de que se trate (questões políticas, de avaliação do desempenho sócio-econômico do governo ou relativas a serviços locais), é possível notar que a preferência partidária tende a estar mais claramente associada com as opiniões mantidas pelos eleitores entre os estratos sócio-econômicos mais favorecidos. Além disso, porém, existem indícios de que o mesmo tipo de efeito de centralidade crescente sobre a estruturação ideológica pode ser observado quando nos voltamos para a dimensão “horizontal” de centralidade. Se tomamos, por exemplo, as questões relativas à qualidade dos serviços locais, vemos que, no caso de Presidente Prudente, suas relações com a opção partidária são *maiores* nos níveis sócio-econômicos altos do que nos baixos, enquanto o oposto se verifica em Juiz de Fora, se damos o devido peso ao padrão aí observado quanto à questão da assistência médica. O mesmo ocorre com outro item que compartilha com as questões relativas aos serviços locais sua suposta maior relevância e sensibilidade para os setores populares, a saber, a avaliação do êxito do governo no combate à alta do custo de vida: enquanto em Juiz de Fora este é o único item de avaliação do desempenho governamental em que se notam correlações algo maiores com a opção partidária nos estratos baixos do que nos altos, em Presidente Prudente, ao contrário, este é o único item do conjunto em que a correlação é inequivocamente maior nos níveis altos do que nos baixos. Isso sugere claramente que as camadas inferiores de Presidente Prudente se revelam menos aptas do que as de Juiz de Fora para dar consequência em termos de opção partidária às opiniões e percepções sobre problemas que as afetam de maneira direta – como já se poderia supor pelos altos níveis de arenismo encontrados entre as primeiras.

Uma objeção se poderia fazer, a qual permite esclarecer alguns aspectos importantes. Com efeito, poder-se-ia pretender que os diferentes graus de estruturação ideológica ou de opiniões encontrados nas diversas

categorias não permitem inferências relativamente à intensidade da consciência de classe, já que muitas das questões através das quais se aferiram os graus de estruturação não contêm um nítido conteúdo de classe. Assim, por exemplo, é possível apontar o fato de que níveis supostamente equivalentes de estruturação ideológica se encontram, nos estratos altos de Juiz de Fora, tanto no caso da maioria de arenistas quanto no da minoria de emedebistas, e podemos mesmo encontrar maior incidência de opiniões liberais em tais estratos do que nas camadas baixas da população daquela cidade.

O primeiro comentário a tal objeção é o de que ela é certa quanto a um ponto relevante, a saber, o de que muitas das questões através das quais se procurou apreender as disposições do eleitorado das quatro cidades estudadas não são passíveis de se traduzirem inequivocamente em termos de classe ou de consciência de classe. Não haveria razão para se pretender, por exemplo, com referência às questões político-institucionais, que as camadas sócio-economicamente favorecidas da população brasileira devessem mostrar-se predominantemente a favor dos ingredientes autoritários do atual regime, sendo obviamente possível imaginar-se uma concepção esclarecida dos interesses de classe que incorpore, em tais camadas, opiniões liberais.

Não obstante, é importante lembrar que a tentativa, em nosso estudo, de captar as opiniões do eleitorado através do recurso a tipos diversos de questões originou-se precisamente do reconhecimento de que problemas de determinados tipos (os político-institucionais, em particular) se apresentavam distantes da consciência popular, sendo de esperar que esta se mostrasse mais sensível a problemas de outra natureza. Isso não permite ignorar ou negligenciar, entretanto, que o “grau”, a “intensidade” e a “clareza” da consciência de classe irão crescer precisamente em função da medida em que exista a capacidade de integrar a definição dos problemas de diferentes níveis e a posição assumida com respeito aos mesmos, de sorte que se possa chegar a uma visão dos interesses gerais da classe que não apenas leve a que se *tenha* opiniões quanto aos diversos tipos de problemas, mas também oriente e permita fundar coerentemente tais opiniões. Como os dados mostraram em vários aspectos, essa capacidade existe em maior grau, em geral, nas camadas mais altas da população.

Apesar de tudo, os rudimentos dessa consciência, que tende a traduzir-se eleitoralmente em apoio ao partido de oposição, estão presentes nos estratos populares urbanos uma vez superado o patamar inferior de extrema marginalidade subjetiva. No plano dos dados, eles se mostram no que foi possível observar em Juiz de Fora com respeito às questões que envolviam a avaliação da capacidade política dos setores populares, onde a manifestação comparativamente confiante e afirmativa dos eleitores dos estratos baixos se contrapõe vivamente à atitude de deferência que encontramos em outros pontos. Eles se mostram, ainda nos dados de Juiz de Fora, na resistência a deixarem condicionar suas decisões eleitorais pelo esforço de manipulação simbólica representado pela propaganda governamental triunfalista, bem como na busca de coerência manifesta na projeção com frequência desinformada de determinadas posições ao partido preferido. Mas eles se mostram de maneira talvez especialmente nítida em alguns dados de Caxias do Sul analisados por Judson de Cew. Combinando cinco das diversas questões políticas constantes do questionário utilizado, de Cew distingue grupos que ocupam posições diversas ao longo de uma escala de “esquerda-direita” de acordo com as opiniões manifestadas a respeito de cada questão e o grau de congruência entre elas. Verifica ele que, para os 30 por cento da amostra que podem ser tomados como cor respondendo aos extremos de “esquerda” e de “direita”, não apenas encontramos que a maior parcela de “esquerdistas” se situa entre os eleitores de nível escolar primário (apesar de que o mesmo se dê para os “direitistas”, que são, porém, muito menos numerosos no total), como também é entre estes eleitores que encontramos a maior propensão dos “esquerdistas” a apoiarem o MDB (a despeito de que no nível universitário haja grande concentração de votos “esquerdistas” na categoria dos sem preferência entre MDB e ARENA, o que não pode ser visto necessariamente como um caso de menor coerência). O interesse disso é bastante claro se se dá ênfase ao fato de que a escala de “esquerda-direita” se refere a questões que supostamente interessam sobretudo aos estratos mais altos. Ainda que se tenha em conta que essa observação provavelmente se deve pelo menos em parte às condições peculiares de Caxias do Sul que Héliogio Trindade destaca (a tradição de disputa política acirrada e de dominação do PTB no período multipartidário), ela aponta para uma condição que não seria de todo implausível, à luz dos demais dados, pretender ver como o ponto a que se dirigem as tendências.

Os dados de Caxias do Sul recém-mencionados nos trazem ao último aspecto a considerar: a posição peculiar dos setores educados no que se refere ao esquema aqui proposto. Destacamos anteriormente a ambiguidade de que a educação formal se reveste com respeito às dimensões objetivas e subjetivas consideradas e aos efeitos esperados das relações entre tais dimensões. Pois bem: os dados sobre o papel daquela variável relativamente ao voto e à opção partidária singularizam-se precisamente por apresentarem certa fluidez. Assim, enquanto se pôde salientar, quanto aos dados de Juiz de Fora, a tendência ao aumento das preferências pela ARENA com níveis educacionais crescentes, o que se mostra como clara inversão de observações feitas em Belo Horizonte no ano de 1965, os dados de Niterói parecem repetir antes o padrão belo-horizontino, mostrando o incremento do apoio ao MDB e o declínio do apoio à ARENA à medida que se sobe nos níveis educacionais.

Parte desse contraste provavelmente se deve a problemas de ordem metodológica. Pode-se observar nos dados de Niterói que a decisão de excluir da análise diversas categorias de entrevistados, sobretudo um grande número de casos de eleitores de outros municípios – decisão que pode naturalmente justificar-se por razões diversas – aparentemente resultou em que os excluídos fossem principalmente pessoas dos níveis mais baixos de escolaridade, e podemos ver que as relações se invertem inteiramente nos casos de ocupação e renda familiar, que normalmente se mostram correlacionadas com escolaridade. Por outro lado, os pontos de convergência entre as diversas observações relativas à educação nas análises do presente volume são numerosos. Um deles corresponde, por exemplo, à intensificação de disposições inconformistas que tende a resultar de incongruências compostas por altos níveis educacionais e níveis de renda mais baixos, que se encontrou tanto em Presidente Prudente e em Niterói quanto na Belo Horizonte de 1965, corroborando ainda o que se observou, de forma algo diferente, em Juiz de Fora. Além disso, as análises que permitem considerar separadamente o nível universitário levam a ressaltar a constância do que ele tem de singular, sobretudo, em termos do quadro político atual, a tendência a uma certa polarização entre núcleos arenistas e núcleos sem identificação partidária: já que estes últimos deverão provavelmente considerar-se como núcleos independentes e de oposição mais radical ao regime, a tendência encontrada também reitera polarização semelhante entre conservadores e radicais observada, em 1965, entre os

belo-horizontinos de maior idade e de níveis mais altos de educação. Finalmente, o aspecto geral dos dados de Juiz de Fora, em que vemos o crescimento da ARENA e o declínio do MDB ao subirmos na escala educacional, corrobora-se nos dados analisados por Judson de Cew para Caxias do Sul: apesar de que os dois casos difiram pelo fato de que a relação mencionada não ganhe no grupo mais jovem de Caxias do Sul a intensificação de sua nitidez que se observa em Juiz de Fora, o padrão geral observado é claramente o mesmo.

Seja como for, a forma apresentada pelos dados em Niterói tem o interesse de reiterar a possibilidade de que a educação formal produza efeitos políticos opostos, possibilidade esta dramatizada pela nitidez do contraste entre suas consequências radicais e conformistas que se vê nas verificações de Belo Horizonte em 1965 e de Juiz de Fora em 1976. Se se pode supor, como autorizam ainda os resultados de outras pesquisas anteriormente mencionadas, que a tendência atualmente dominante corresponde à produção de maior conformismo pela educação, expressa nos dados de Juiz de Fora e Caxias do Sul; se a inversão de tendências que isso representa relativamente a 1965 pode ser atribuída à atuação, em diversas áreas, do regime instaurado em 1964; parece então razoável imaginar que muito do jogo político futuro se decidirá na expansão e instrumentalidade que venha a ter a aparelhagem educacional brasileira. Ela se mostra crucial não apenas nos níveis superiores, onde parece condicionar a procura de lugar no mercado ou a busca de soluções políticas, mas também nos níveis inferiores, onde pode condicionar de maneira importante a ultrapassagem do limiar da cidadania.